A manutenção da taxa de desocupação em patamares abaixo de 5% há cinco trimestres¹, associada a contínua expansão dos rendimentos do trabalho, em termos reais, sugere que Estado opera em pleno emprego. Não é uma situação inédita, mas cada um dos ciclos dessa natureza possui características próprias. Os dados mais recentes, referentes ao segundo trimestre de 2024, apontam que menor desocupação foi acompanhada por simultâneos aumentos no número de pessoas na força de trabalho (1,88%) e na força de trabalho ocupada (2,33%), na comparação com o mesmo período do ano passado. A comparação entre os dados do segundo trimestre de 2024 com os do segundo de 2023 mostra que os empregados com carteira assinada no setor privado cresceram, proporcionalmente, mais do que aqueles ocupados sem carteira assinada – variações de 5,86% e 3,85%, respectivamente.

Foram os empregos no setor privado que impulsionaram o nível de ocupação no período em questão. Essa posição apresentou aumento de 5,49%. Simultaneamente, o trabalho doméstico registrou incremento de 2,73% e o número de ocupados por conta própria ficou estável (0,22%). Noutro sentido, caíram os contingentes empregados no setor público (-3,93%), os empregadores (6,21%) e os trabalhadores familiares auxiliares (-10,45%). A atividade que mostrou maior variação no número de ocupados, entre os segundos trimestres de 2023 e 2024, foi a construção civil (9,09%). Destacaram-se, ainda, as expansões do grupo de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (5,87%) e da indústria de transformação (4,76%).

Paralelamente, a elevação de 6,60% dos rendimentos em termos reais no Paraná nos últimos quatro trimestres² foi disseminada entre as categorias de emprego. Ressalte-se que os rendimentos dos trabalhadores no setor privado sem carteira assinada cresceram mais do que os daqueles com carteira assinada (9,33% e 5,31%, respectivamente). Desse modo, a diferença entre os rendimentos médios dessas duas categorias caiu a 4,16%, a menor da série histórica iniciada em 2012. Nessa comparação temporal, a variação real de rendimento foi maior na categoria de empregadores (23,06%) e menor na de trabalhadores por conta-própria (4,61%).

A desagregação das remunerações do trabalho por atividade mostra, outrossim, significativa disparidade entre os grupamentos. À exceção das atividades mal definidas, o aumento mais relevante ocorreu em administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (15,58%). Dentre as doze atividades, quatro registraram retração de rendimentos, sendo a mais acentuada a percebida em *outros serviços* (-3,86%), grupamento que reúne segmentos tão díspares quanto sindicatos e reparos de eletrodomésticos.

A combinação de aumentos no nível da ocupação e dos salários resultou na expansão de 9,39% da massa de rendimentos, entre o segundo trimestre de 2023 e o segundo de 2024, *pari passu* com a ampliação da massa nacional (9,23%). Esse processo, paralelamente com renegociações de dívidas promovidas no início do ano, tornou as perspectivas para a concessão de crédito menos sombrias. Desse modo, o valor da carteira de empréstimos concedidos no Paraná chegou a R\$ 285,58 bilhões em julho, volume 11,92% superior ao registrado no mesmo mês de 2023, em termos nominais. A hígidez desses contratos também se tornou melhor nesses doze meses, com menor proporção de ativos problemáticos³. Em julho, esses correspondiam a 6,07% da carteira de concessões para pessoas físicas, ante proporção de 6,29% no mesmo mês de 2023⁴. Os empréstimos mais incertos continuam

¹ IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

² Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

³ Operações de crédito em atraso há mais de noventa dias e as operações nas quais existem indícios de que respectiva obrigação não será integralmente honrada.

⁴ Banco Central do Brasil – Sistema de Informações de Créditos (SCR)

* Economista, técnico permanente desta publicação.

a ser os concedidos através de cartões de crédito. Eles representam 11,46% da carteira e a quantidade de ativos problemáticos a eles associados (9,37%) continua significativamente superior à média do total da carteira, ainda que tenha diminuído frente a julho do ano passado (10,26%).

Através da análise dos vínculos formais, exclusivamente, se percebe que setores intensivos em pessoal têm mantido saldos positivos ao longo do ano. A construção civil paranaense apresentou expansões no número de empregados nas suas três grandes divisões⁵. Entre janeiro e agosto, o fluxo foi positivo nas obras de infraestrutura (52,5 mil), nos serviços especializados do setor (76,0 mil) e na construção de edifícios (85,2 mil). Entre os serviços, o segmento de transporte, armazenagem e correio, que responde por 3,8% do valor adicionado bruto do Paraná⁶, registrou ampliação de 111,3 mil vínculos nesse período. Tal resultado merece destaque porque o ano foi marcado por frustrações nas safras de soja (-16,78%), milho de verão (-32,76%), milho de inverno (-11,10%) e trigo (-12,72%)⁷, o que reduziu a demanda por fretes agrícolas. Ainda assim, o saldo de empregados no transporte rodoviário de cargas foi positivo (60,42 mil), como reflexo do dinamismo da economia local (a produção física da indústria cresceu 3,2% no acumulado do ano até agosto⁸ e o volume de vendas do varejo ampliado variou 5,5%, no mesmo recorte temporal⁹).

Saldos positivos no emprego formal estão, ao longo do ano, disseminados por todos os graus de instrução, ainda que os trabalhadores com nível médio completo respondam por 66,98% do contingente. À exceção da faixa etária acima de 65 anos, todas as demais apresentaram quantidade de admissões superiores à de desligamentos entre janeiro e agosto. O emprego de jovens foi particularmente intenso, com saldo de 24,47 mil vínculos até 17 anos e de 66,42 mil na faixa entre 18 e 24 anos de idade. O fato de que o número de demissões a pedido ter crescido paulatinamente ao longo do ano também aponta para um mercado de trabalho aquecido. Cabe ressaltar que o número de requisições de seguro-desemprego no Paraná se manteve no mesmo patamar de 2023. Esse efeito havia sido percebido quando o Paraná se aproximou do pleno emprego na década passada. Frequentemente trabalhadores transitam entre vínculos formais e informais para sacar a multa indenizatória de 40% sobre os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e para receber o seguro-desemprego concomitantemente ao salário (entre três e quatro parcelas, a depender do tempo trabalhado).

O atual ciclo de pleno emprego, e o movimento de formalização a ele associado, se beneficiaram, também, declínio dos litígios trabalhistas. A reforma (Lei nº 13.467/2017) começou a exercer efeitos em novembro daquele ano. A média mensal de novos processos, em 2017, chegou a 13.069. Em 2023, essa média não superou 9.082¹⁰, o que se torna ainda mais relevante quando é feita a comparação entre o número de ocupados com carteira assinada nesses anos. No último trimestre de 2017, o contingente em questão alcançava 2,29 milhões de ocupados, enquanto no último de 2023 chegou a 2,69 milhões. Os dados sugerem que, em alguma medida, menor propensão a conflitos dessa natureza instilou mais confiança nos empregadores.

No curto prazo, este ciclo de alta empregabilidade tende a se manter. O PIB do Paraná cresceu 2,70% nos doze meses terminados em junho, de acordo com o IPARDES, e os indicadores econômicos conjunturais do Estado – inclusive as estimativas da próxima safra de verão – inspiram otimismo. As variáveis macroeconômicas tornam o cenário menos prodigioso à medida em que o horizonte de previsões se alongue, especialmente no tocante à inflação, taxas de juros e câmbio – arranjo vulnerável ao crônico desequilíbrio fiscal da União e da maioria dos entes federados.

⁵ Novo Caged - agosto.

⁶ IBGE-IPARDES - Contas Regionais do Brasil.

⁷ IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - agosto.

⁸ IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física.

⁹ IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

¹⁰ Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR).